

EDITORIAL

Apresentamos a nova edição da Revista do Direito Público.

Esta edição, nº. 1, do volume 14, é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado, Paraná, e de todo o Brasil, com temas de Direito Previdenciário, Direito Ambiental, Direito Administrativo, Direito do Constitucional, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito de Família, Direito do Trabalho, Direito Civil e Processual Civil.

No tocante ao Direito Previdenciário, o estudo “*Cidadania e políticas públicas no contexto do programa de educação previdenciária – PEP*”, possui como ponto de partida a análise de políticas públicas e seus reflexos para garantia da renda da população, mais especificadamente ao que tange o Programa de Educação Previdenciária – PEP.

Por sua vez, quanto ao Direito Ambiental e Direito Administrativo, o artigo intitulado “*A regulamentação da doação de bens públicos no estado do Pará antes da lei 13.465/2017*”, possui como escopo o estudo do processo de regularização fundiária urbana de bens públicos na legislação do Estado do Pará, considerando a possibilidade de doação de bens públicos no âmbito estadual e federal, e, concomitantemente, analisando as inovações e possíveis divergências da Lei n. 13.465/2017.

No campo do Direito Constitucional o artigo “*Jurisdição constitucional e a efetivação do direito fundamental a saúde*” realiza uma construção histórica evolutiva da Jurisdição Constitucional, desde seu nascedouro até sua legitimação Democrática, a qual dá baliza para a efetivação do Direito Fundamental à Saúde, sendo identificado como fruto das transformações do Estado de Direito Liberal ao Social.

No que diz respeito ao Direito Processual Penal, o estudo nomeado de “*Medida cautelar criminal de recolhimento domiciliar noturno cumulado com o monitoramento eletrônico e a aplicação da detração penal*” investiga a possibilidade de aplicação do instituto da detração penal face à hipótese do recolhimento domiciliar noturno, cumulado com o monitoramento eletrônico, sendo ambas medidas cautelares penais.

No âmbito do Direito de Família, o artigo “*Restituição do poder familiar: considerações acerca de sua possibilidade jurídica*” propõe avaliar a possibilidade da restituição do poder familiar aos genitores destituídos por sentença judicial, analisando para tanto as demandas inerentes aos direitos de crianças e adolescentes, a luz dos princípios da proteção integral, do melhor interesse, bem como o da prevalência da família.

Também com pauta no Direito Ambiental, mas sob a ótica do Direito Penal, o artigo “*A intervenção do direito penal no crime de*

tráfico de animais e a educação ambiental” indica que a problemática do tráfico de animais persiste na sociedade brasileira, trazendo prejuízos à fauna, ao meio ambiente e à população humana. Assim, a pesquisa aponta que a sistemática do crime de tráfico de animais silvestres deve ser analisada em conjunto com a legislação infraconstitucional que pretende coibi-lo, preponderando, inclusive, os princípios elencados pela Carta Constitucional.

No que tange ao Direito do Trabalho, o artigo *“Percepções jurídicas acerca dos movimentos grevistas no Brasil em meados do século XX”* examina os movimentos grevistas ocorridos no Brasil no século XX, primordialmente aqueles que aconteceram entre os anos de 1953 a 1955. A pesquisa adota como pressuposto que os acontecimentos sociais possuem reflexos importantes no âmbito jurídico, na medida em que proporcionam a interiorização de esquemas de percepção, apreciação e ação por parte dos diversos agentes jurídicos

Por seu turno, o artigo *“Morosidade processual e a responsabilidade civil do Estado”*, cujo centro está no Direito Civil e Processual Civil, visa apresentar o conceito de razoável duração do processo, e a partir desta concepção destacar no ordenamento brasileiro e no estrangeiro as principais posições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilização objetiva do Estado pelo não cumprimento da razoável duração do processo.

Ainda no âmbito do Direito Constitucional e Ambiental, o artigo *“A extensão do objeto da ação popular ambiental diante do microsistema do processo coletivo”* realiza uma reflexão sobre a importância e efetividade da ação popular para o resguardo do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Por fim, também sob o prisma do Direito Constitucional, a pesquisa *“A judicialização das políticas públicas e o ativismo judicial como meios de concreção dos direitos individuais, sociais e coletivos”* busca averiguar os fenômenos da Judicialização das Políticas Públicas e do Ativismo Judicial como meios de concreção dos direitos sociais e coletivos.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas. A primeira examina a obra *“Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”*, de Hannah Arendt. E a segunda, trata da obra *“Problemas de filosofia do direito”* de Richard Posner.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso primeiro volume deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti